

**A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no
prefaciamento dos dicionários**

Verli PETRI

ypetri@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

O processo de prefaciamento/apresentação de materialidades lingüísticas que produzem o efeito de unidade, com início, meio e fim, que é próprio dos livros, em geral, é algo que perpassa minhas reflexões há bastante tempo. Faço referência ao trabalho de mestrado que desenvolvi em meados dos anos noventa, numa tentativa de compreender como se davam as relações entre o que estava sendo proposto no prefácio e o que de fato se realizava no interior do livro, nesse caso, um manual didático de Francês Língua Estrangeira. Uma das conclusões que este trabalho nos proporcionou e que ecoa até hoje, em meus trabalhos de análise, é de que as relações não se dão de forma direta, transparente ou perfeita. O prefácio, nesse caso específico, revelou-se como lugar de produção de efeitos de completude e de homogeneização, o que no decorrer do manual didático não se realiza, revelando o prefácio como lugar de não-coincidência entre o que é a proposta inicial e o devir que constitui o manual didático de fato.

Hoje, ao analisar dicionários, me pergunto, o que é um prefácio, afinal? É um sinônimo de advertência, introdução, apresentação, prefação, preâmbulo, prólogo... considerando que o processo sinonímico também se constitui na imperfeição, no recobrimento, na falta, podendo promover deslizamentos de sentidos. Um prefácio é, portanto, um texto que precede o texto principal. É assim com os manuais didáticos, com os textos científicos, com as obras literárias e também com os dicionários. E é um

texto com funcionamento muito próprio: ele vem antes, antecede, apresenta e representa a obra que vem na sua seqüência, bem como revela marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo. O prefácio pode ser produzido pelos editores – com o objetivo explícito de venda da obra; pode ser escrito pelo autor – que estabelece relações de interlocução com os leitores; pode ser escrito por terceiros – que adjetivam a obra e o autor. Mas o fato é que o prefácio, inevitavelmente, funciona como lugar de enaltecimento da obra que ali está sendo apresentada, revelando-se representativo do espaço mercadológico.

A partir desta reflexão inicial, adentramos a temática proposta para este simpósio e vamos falar rapidamente de como estamos entendendo que a ideologia, a história e as condições de produção emergem no prefaciamento dos dicionários. Estamos tomando o dicionário, conforme assinala Silvain Auroux (1992), como resultante da revolução tecnológica na área dos estudos da linguagem, constituindo-se como importante instrumento lingüístico. E acreditamos que ao tomar este objeto para análise precisamos “concebê-lo como uma alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, de educação e de divulgação de conhecimentos lingüísticos” (Nunes, 2006, p. 43). Nosso olhar se volta, então, para o dicionário como representante do lugar de certeza, de interdito da dúvida, sustentado pela acumulação e pela repetição de saberes sobre a língua, onde é possível “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (Nunes, 2006, p. 11). O dicionário funciona, portanto, como um lugar de observação do léxico, não se restringindo ao papel de um instrumento de normatização, mas constituindo-se como “um objeto discursivo” (Horta Nunes, 2001, p. 101).

Assim sendo, nos inscrevemos nos estudos de lexicografia discursiva, tal como tem sido pensada por Eni Orlandi e José Horta Nunes, no Brasil. E pensar nos prefácios dos dicionários é elegê-los como espaço de observação para os processos de produção dos efeitos de sentidos, onde se revelam facetas do sujeito, do sujeito que produz um dicionário e das relações que se estabelecem entre este objeto discursivo, que é o dicionário, e o sujeito falante de uma dada língua.

O sujeito dicionarista, como cada um de nós, também toma a língua como “sua”, como “comumente falada por todos”, como “língua materna”, como “língua nacional”, mas nenhuma destas funciona como a relação única entre sujeito e língua. O sujeito dicionarista toma a posição de lexicógrafo, numa tentativa de apagar esta relação primeira com a “sua” língua e passa, então, nesse outro momento a trabalhar “sobre a língua”, sobre uma língua imaginária, resultado da gramatização e da “cientifização” do objeto língua. Na realização do seu trabalho, o dicionarista é afetado pela ilusão da completude da língua e pela ilusão de que ela pode ser “dada” aos seus falantes como transparente. Ilusões necessárias ao trabalho do lexicógrafo que deve acolher, sob a égide do dicionário, ao mesmo tempo, a dispersão e as diferentes formas de opacidade, constitutivas da língua.

Na verdade, observamos que a tomada de posição do lexicógrafo exige que se estabeleçam outras relações entre o sujeito e a “sua” língua e do sujeito com os saberes “sobre” a língua, levando-se em conta que o sujeito é dotado de inconsciente e interpelado ideologicamente, no sentido de homogeneizar e aperfeiçoar a língua pela explicitação dos sentidos de cada verbete. Com isso, o lexicógrafo acredita, também, estar sendo “neutro” e “universalista”, desideologizando a língua contida no dicionário. Outras ilusões constitutivas funcionam neste espaço: a ilusão de que o sujeito pode ser a fonte do dizer e a ilusão de que pode controlar os sentidos (cf. Pêcheux nos mostra pela

forma dos esquecimentos número 1 e número 2). O funcionamento ideológico emerge no prefaciamento do dicionário, onde não se marcar ideologicamente é, também, fazer funcionar a ideologia (Orlandi, 2002, p.108).

Carolina Rodrigues afirmava no Iº Sead que “os sujeitos da ciência, enquanto sujeitos da linguagem, não escapam às determinações ideológicas características do momento histórico e das sociedades em que vivem” (RODRIGUES, 2003)¹ e isso pode ser observado nos prefácios dos dicionários que selecionamos para esta apresentação, pois temos sujeitos lexicógrafos que de alguma forma se identificam com a forma-sujeito da ciência.

Trata-se de dois dicionários publicados na década de 80 do século XX: *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, (2.ed.)², de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, reconhecido lexicógrafo brasileiro; e o *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, de Rui Cardoso Nunes e Zeno Cardoso Nunes, estudiosos da língua e da cultura gaúcha. Nossas análises indicam a emergência de marcas ideológicas, históricas e circunstanciais, produtoras de efeitos de sentidos: ora aproximando, ora distanciando estes dois objetos discursivos. É possível observar as tomadas de posição do sujeito lexicógrafo no prefaciamento dos dicionários em questão e suas relações com a ideologia, com a história e com as condições de produção que sustentam cada posição-sujeito. E, não se trata, aqui, de se pensar num sujeito empírico que tem convicções particulares, mas de compreender que cada tomada de posição resulta das relações desse sujeito com as formações ideológicas atualizadas pelos saberes da formação discursiva onde se inscreve prioritariamente. E neste espaço intervém também a história, como constitutiva de sentidos, e as condições de produção de cada prefácio, fazendo de um representante dos saberes próprios da língua nacional e fazendo de outro representante

¹ Do texto “Em torno de *Observações para uma teoria geral das ideologias*, de Thomas Herbert” extraído do CD do Iº Seminário de Estudos em Análise de Discurso (SEAD), 2003.

² A Primeira Edição é de 1975.

dos saberes locais, próprios do imaginário de um grupo social que acredita na possibilidade de uma nação gaúcha, com língua e cultura próprias, fundando o diferente no interior do mesmo.

No caso específico de um dicionário de regionalismos, encontram-se formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região. Este objeto discursivo também carrega as representações próprias das relações sociais que se efetivam num espaço bem determinado: o campo (a campanha) gaúcho e suas relações com as fronteiras. É enquanto “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (Nunes, 2001, p. 101), que o dicionário de termos regionalistas funciona como um lugar de referência e de preservação de um patrimônio lingüístico-cultural. Estamos tratando de um discurso que, supostamente, teria sido fundado no espaço campesino e rural do Rio Grande do Sul na época da monarquia portuguesa no Brasil e da colonização, o que aparece representado no discurso histórico oficial (que conhecemos atualmente) e que é parte constitutiva do imaginário social produzido (re-produzido) e instituído pela literatura regionalista que analisamos em tese de doutoramento (Petri, 2004), levando-se em conta que o literário³ é um espaço discursivo que revela um ponto de vista imaginário, urbano e civilizado “sobre” o gaúcho.

O dicionário *Aurélio* traz uma apresentação detalhada do trabalho do lexicógrafo que se dedica inteiramente à tarefa de reunir verbetes da língua viva, atualizada cotidianamente, num esforço de controlar, ou pelo menos de conter, os possíveis efeitos de sentidos que essas palavras possam produzir na língua portuguesa atual. Então, nos deparamos com dois dicionários, importantes instrumentos lingüísticos, guardadas as especificidades de cada um, mas nos deparamos também com posições-sujeito que revelam diferentes modos de inscrição do sujeito na língua, considerando que não existe

³ Chamamos a atenção para o discurso literário, pois é importante fonte de exemplificação do dicionário de regionalismos que estamos analisando.

neutralidade do sujeito e que a ideologia se revela funcionando na própria forma de organização do objeto discursivo em análise (Orlandi, 2002, p. 107).

Quanto às textualidades, observamos ainda que o dicionário de Regionalismos tem breve e geral apresentação dos autores e uma apresentação não-acadêmica (e nem mercadológica) realizada por um terceiro, que destaca características dos “dedicados autores”, que em momento algum são designados como lexicógrafos, mas sim reveladores de uma face conservadora da tradição gaúcha na e pela língua. Neste caso, o dicionário é elaborado como um lugar de preservação de patrimônio lingüístico-cultural. Trata-se de um objeto de consulta, sem dúvida, mas funcionando como referencial de tradicionalismo; e não se encontra vinculado, prioritariamente, ao processo de acúmulo de saber atualizado. É algo marcado pela especificidade de um grupo social; pela crença de que haveria uma nação imaginária (no interior de outra nação); por um imaginário coletivo que super-valoriza os costumes de outrora. A língua, nesse caso, funciona como expressão maior de um grupo social tão específico, que se identifica como diferente no interior do mesmo; dando ao dicionário um estatuto diferenciado de conservador do passado mitológico, histórico e lingüístico-cultural. Temos, então, um instrumento lingüístico, resultado da revolução tecnológica, trabalhando a serviço da preservação em detrimento da atualização da língua, preocupação que aparece tão claramente no prefácio do *Aurélio* e que é apagada na apresentação do *Dicionário de Regionalismos*.

Talvez possamos investigar melhor este posicionamento pela via da interpelação, pois segundo Orlandi (2002, p. 105) é possível “compreender o funcionamento da ideologia, pois ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua”, possibilitando a identificação de “indícios do modo como os sujeitos – como seres histórico-sociais,

afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem”. Os sujeitos, além de produzirem um dicionário regionalista (tomando a posição de lexicógrafo) são, ainda, interpelados a compreender a especificidade regional que os constitui e ao mesmo tempo os interroga, num empreendimento que poderíamos definir como o desejo do sujeito de controlar os sentidos que lhes escapam. Isso se daria, então, pela dicionarização, via manutenção, revelando a posição-sujeito do “guardião da língua”, desta língua imaginária, fundadora de uma nação imaginária, que pretensamente separaria “gaúchos” de “não-gaúchos” no interior do grupo social de “brasileiros”.

6 Referências bibliográficas:

- AUROUX, Sylvain. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- NUNES, José Horta. (2001) O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes. p. 101-109.
- _____. (2006) *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (2002) Lexicografia discursiva. In: ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez. p. 101-119.
- PÊCHEUX, Michel. (1995) *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.
- PETRI, Verli. (2004) *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS.

Dicionários consultados:

- FERREIRA, A. B. de H. (1986) *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NUNES, R. C.; NUNES, Z. C. (1984) *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.